

EM DEFESA E LOUVOR DA LÍNGUA PORTUGUESA: UMA ANÁLISE HISTORIOGRÁFICA DO DIÁLOGO DE PERO MAGALHÃES DE GÂDAVO

Thiago ZILIO Passerini¹

Mestrando em Língua Portuguesa – PUC-SP

RESUMO: Com o advento da gramatização do português, diversas publicações de caráter linguístico vieram a lume no século XVI, dentre elas os diálogos, gênero comum na Antiguidade Clássica recuperado durante o Renascimento. O presente artigo, de cunho descritivo e analítico, vale-se dos princípios da Historiografia Linguística para examinar o *Diálogo em defesa da língua portuguesa*, de Pero Magalhães de Gândavo, considerando a relação do texto com o *clima de opinião* da época em que foi produzido e o modo como se articulam o louvor e a defesa na fala de Petrônio, o interlocutor português.

Palavras-chave: Historiografia Linguística. Diálogo em defesa da língua portuguesa. Pero Magalhães de Gândavo.

Considerações Iniciais

O século XVI foi marcado por uma série de transformações em Portugal, como reflexo das grandes navegações, iniciadas na centúria anterior. A expansão marítima, cujo ápice se deu nos Quinhentos, provocou mudanças profundas na sociedade e, por conseguinte, no pensamento lusitano, também influenciado pelo clima de opinião renascentista e pela forte presença da Igreja

No âmbito linguístico, a publicação da *Grammatica da lingoagem portuguesa*, de Fernão de Oliveira, inaugura o processo de gramatização² do português e, a partir dela, outras publicações vêm a lume. Tal fato demonstra que os intelectuais passaram a se ocupar das questões de língua, principalmente por conta de a nova organização social e política demandar o ensino de português. Por essa razão, havia a necessidade de ele ser, nos dizeres de Auroux (2014, p.65), *descrito e instrumentalizado*.

¹ Endereço eletrônico: thizilio@yahoo.com

² Conforme assinala Auroux (2014, p. 65, grifos do autor), “Por gramatização deve-se entender o processo que conduz a *descrever* e a *instrumentalizar* uma língua na base de duas tecnologias, que são ainda hoje os pilares de nosso saber metalinguístico: a gramática e o dicionário”.

Grosso modo, as obras que circularam no período dividem-se em *gramáticas, manuais de ortografia e diálogos*. Destes últimos, destacam-se o *Diálogo em louvor da nossa linguagem*, de João de Barros, publicado em 1540 juntamente com a *Gramática da língua portuguesa* e o *Diálogo em defensam da mesma língua*, de Pero Magalhães de Gândavo, publicado em 1574 juntamente com as *Regras que ensinam a maneira de escrever e orthographia da língua portuguesa*.

O presente artigo tem como objetivo examinar o diálogo de Gândavo, destacando as suas características, relacionando-as ao clima de opinião vigente à época e analisando de que modo se articulam a defesa e o louvor no texto. Para tanto, ele foi orientado pelas seguintes perguntas de pesquisa: Como se caracteriza o diálogo? Em que medida ele se relaciona com o clima de opinião? Como se articulam a defesa e o louvor da língua portuguesa?

Visando à consecução do escopo pretendido, foi utilizada a metodologia concernente à Historiografia Linguística, levando em conta os princípios da contextualização e da imanência preconizados por Koerner (2014 [1995]). Nos dizeres de Swiggers (2010), partiu-se da fase heurística à hermenêutica, por meio de uma análise argumentativa e de uma síntese histórico-comparativa, levando em conta os componentes meta-historiográficos e os epi-historiográficos.

O século XVI: apogeu e derrocada de um império

O fim do século XV e as primeiras décadas do século XVI constituem uma época de glórias para os portugueses. Nas palavras de Scott (2018, p. 244), o período “Foi curto, mas fulgurante” e, apesar do breve espaço de tempo, trouxe consigo grandes mudanças. Elas estavam diretamente ligadas às grandes navegações e foram sentidas inicialmente na economia, estendendo-se também a outros campos, como o político, o social e o cultural.

Com relação à economia, a expansão deu-se principalmente por conta da política mercantilista, possibilitada pelo afluxo de produtos altamente valorizados, como o açúcar, as especiarias e o marfim, obtidos mais facilmente com as novas rotas comerciais traçadas. Isso fez Portugal assumir uma posição de destaque no cenário internacional, servindo “[...] pela primeira vez na História da Humanidade como um intermediário único na troca de produtos diversos e em quantidades apreciáveis entre os vários continentes do mundo [...]” (GARCIA, 1984, p.107).

Do ponto de vista político e territorial, inúmeras medidas foram adotadas visando à manutenção e à administração das novas possessões. Dentre elas, destacam-se a construção de feitorias e fortalezas, o grande investimento na construção naval, a criação do Estado da Índia, que abarcava todas as conquistas portuguesas – do Cabo da Boa Esperança ao Timor, e também as reformas no exército, com vista à ampliação do contingente, antes formado apenas por membros da nobreza.

No âmbito da cultura, houve o incentivo à formação superior por meio de viagens subsidiadas pelo rei, e os principais destinos eram Paris e Salamanca (GARCIA, 1984, p. 130). Por conseguinte, esse fomento à erudição refletiu-se no plano educacional com a construção de inúmeros colégios, sobretudo entre os anos de 1530-1540, cujo formato também se viu alterado. Além do modelo tradicional, criaram-se internatos divididos em *colégios maiores* – com cursos de nível superior – e *colégios menores* – com cursos preparatórios (MARQUES, 2003, p.179).

A universidade também passou por mudanças consideráveis, principalmente a partir de 1537, com a instalação definitiva da Universidade de Coimbra. Tal fato foi de extrema importância justamente por considerar arcaicos os princípios da então Universidade de Lisboa, extremamente ligados a uma postura escolástica e pouco adequada à renovação intelectual instaurada em Portugal.

A promoção dos saberes foi impulsionada pela tipografia, levada a Portugal em meados do século XV. De acordo com Marques (2003, p. 184), o número de impressões chegou à marca dos mil até 1550, embora seja considerado pequeno se comparado à produção de outros países. A maior parte das obras era de cunho teológico, seguidas por algumas de caráter científico, literário e as traduções, que passaram a se multiplicar por conta do crescente uso do português.

Nas artes, e sobretudo na literatura, o espírito renascentista atingiu o seu auge a partir do Classicismo, cujo marco inicial é a volta do poeta Sá de Miranda da Itália, em 1527. Conforme assinala Moisés (2004, p.49), “Foi no ímpeto revolucionário da Renascença, e como desenvolvimento natural do Humanismo, que o Classicismo se difundiu amplamente, por corresponder, no plano literário, ao geral e efêmero complexo de superioridade histórica.”.

Apesar de todo esse pendor antropocêntrico, a Igreja não perdeu, nem de longe, o privilégio de antanho. Prova disso é a instituição do *Santo Ofício*, em 1547, reiterando a força do pensamento religioso no país, embora a Inquisição estivesse submetida ao poder do rei. Nas palavras de Scott (2018, pp. 250-251), a longa predominância da ação inquisidora provocou marcas na sociedade ao institucionalizar a intolerância e a perseguição, colocar obstáculos ao capitalismo e proibir o contato com pessoas de muitos recursos, que poderiam ser de grande valia ao desenvolvimento econômico português. Além disso, a postura conservadora vigente fez a sociedade abdicar de um lastro cultural significativo, nos mais diversos campos do saber.

As considerações da autora são importantes para estabelecer uma relação entre o apogeu e o declínio do poderio português, principalmente por conta dos entraves ao progresso impostos pela Igreja, pela ínfima alteração nas relações sociais e também pela estagnação de alguns setores da economia, unicamente dependente do comércio. Todos esses fatores foram de extrema relevância para abalar as estruturas do grande império ultramarino lusitano.

O fim prenuncia-se em 1578 na lendária batalha de Alcácer-Quibir, que culminou com o desaparecimento de D. Sebastião e trouxe a Portugal uma série de problemas, dos quais ele não se recuperaria. Como nação, o país se viu moralmente abalado com a derrota para o rei marroquino, e a esse fato sucederam outros: a perda de grande parte dos combatentes portugueses, o pagamento de tributo para o retorno dos sobreviventes, o acúmulo de dívidas advindas da expedição malograda e a crise sucessória instaurada com a morte do rei. Este último impasse fez Portugal perder a sua independência para a Espanha em 1580 e, no ano seguinte, assistiu-se à coroação de Felipe II, concretizando a “polêmica integração da península ibérica”. (SCOTT, 2018, pp. 249-250)

O conhecimento linguístico renascentista

De acordo com Camara Junior (s/d, p.32), duas características marcaram o Quinhentismo com relação aos estudos da linguagem. A primeira – um claro reflexo do clima de opinião renascentista – foi o ressurgimento do latim clássico como língua de erudição e o foco no seu estudo, assim como o do grego. A segunda – resultado “da curiosidade do homem do Renascimento” – foi o interesse pelo conhecimento das “línguas do mundo”.

Borba (1967, p.20) corrobora a tendência já em voga no fim da Idade Média de revisitação dos clássicos e menciona também os estudos do hebraico e do árabe. Além disso, o autor destaca o papel do cristianismo na atenção dada às línguas modernas, ao derrubar “[...]a barreira entre povos cultos e bárbaros. Considerando os homens irmãos, estendeu-se igualmente por todos os povos, sabendo servir-se do idioma deles[...]”.

Do ponto de vista gramatical, duas vertentes oriundas da Idade Média ainda estavam presentes no século XVI: a *grammatica speculativa* e a *grammatica positiva*. A primeira baseava-se em uma visão mais universalista, de inspiração claramente aristotélica, e ganhou força no século XIII com os modistas; a segunda, nos dizeres de Weedwood (2006, p. 57), era calcada em uma visão mais “acidental e particular” da língua. Esta última foi a de maior destaque no período, sobretudo pela forte influência dos estudos de Retórica e Literatura Clássica.

Outro aspecto relevante para a época foi o enfoque dado aos estudos fonéticos, fonológicos, morfológicos e filológicos das línguas. De acordo com Weedwood (2006, p.75), tal interesse advinha sobretudo da necessidade de as línguas vernaculares serem descritas ou, nos dizeres de Auroux (2014), *gramatizadas*. A nova organização política e social dos países estava relacionada ao uso da língua local e, por conta disso, havia a necessidade de normatizá-la para facilitar o seu registro.

O contato com outras línguas, motivado principalmente pela expansão territorial de países europeus, também favoreceu o surgimento de gramáticas das chamadas línguas estrangeiras. Dentre elas, Camara Junior (s/d, p.32) cita o etíope, descrito por M. Victorinus; um outro exemplo são as *Artes de Gramática da língua mais usada na costa do Brasil*, de autoria de José de Anchieta, que trazem uma descrição do tupi antigo, publicadas em 1599.

Em Portugal, uma série de fatores fizeram do português uma língua não só valorizada como também necessária. Inicialmente, devem-se considerar as reformas educacionais empreendidas e o interesse régio na formação de eruditos. Levando em conta a política educacional vigente, a produção intelectual demandava uma língua sistematizada capaz de registrar toda a sorte de escritos que passaram a circular em maior número, considerando também o favorecimento da circulação de textos por conta do advento da tipografia.

Além disso, é necessário ter em mente o projeto de colonização empreendido pelos portugueses. Nele, a língua tinha um papel fundamental, pois, seguindo o modelo romano de

dominação, ao colonizador cabia o ensino de seu idioma ao gentio. Por essa razão, inicialmente surgiram as *cartinhas*, manuais de primeiras letras acrescidos de conteúdos de orientação religiosa, cujo objetivo era ensinar tanto aos “meninos portugueses” quanto aos povos colonizados. De acordo com Buescu (1984, p.46), já em 1504 se atesta o envio de livros ao Congo, dentre eles os de *doctrina cristã*, que eram provavelmente cartinhas, destinadas ao ensino de português e à catequese dos nativos.

Após a publicação da gramática de Fernão de Oliveira, seguiram-se outras obras com foco na língua portuguesa, e não apenas na alfabetização. Nesse processo, o *modus operandi* dos estudiosos se assemelha em muitos aspectos, relacionando-se, em grande medida, ao clima de opinião de influência renascentista. De modo geral, segue-se o modelo gramatical clássico, e o latim ocupa lugar de destaque, figurando como ponto de referência.

A questão da latinidade é muito relevante no período, sobretudo por ser capaz de conferir à língua portuguesa uma “linhagem nobre” e equipará-la em importância à língua imperial dos romanos. Entretanto, conforme assinala Buescu (1978, pp. 62-63), essa equivalência não deve pressupor uma mera subserviência da “língua filha” à “língua mãe”. Ao contrário, as semelhanças são usadas para destacar a individualidade do português, em um discurso claramente nacionalista e laudatório.

Levando em conta a posição de destaque ocupada por Portugal, o tom patriótico presente nas obras é totalmente compreensível. No entanto, o discurso laudatório também assume um contorno claramente apologético em relação ao português. Destacando suas qualidades, justifica-se seu uso, e isso, de certa forma, defende-o de seu inimigo mais próximo: o castelhano. Sobre essa questão, Labourdette (2003, pp.230-231) assinala:

Até 1536, a maior parte das suas peças [de Gil Vicente] foram escritas em castelhano, de tal forma que os meios intelectuais portugueses se inquietaram com o facto, no momento em que o país fazia a conquista dos oceanos e erigia [sic] a maior talassocracia do mundo. Daqui resultou a preocupação de fazer de uma língua vernácula uma língua de cultura que nada tivesse a invejar ao idioma predominante.

A data citada pelo autor coincide com a do surgimento da primeira gramática do português. Essa informação é importante, pois corrobora a tese de que o discurso nacionalista observado nas obras de cunho linguístico teria como objetivo não apenas enaltecer a língua. Trata-se da promoção do português, a fim de minimizar a influência do castelhano em Portugal, que figurava como clara ameaça à soberania do idioma lusitano.

O gênero diálogo: da Antiguidade Clássica ao Renascimento

Conforme já se mencionou, os ideais renascentistas em voga no século XVI pressupunham um retorno ao passado greco-latino, e isso favoreceu o ressurgimento de alguns gêneros comuns na Antiguidade Clássica. No âmbito literário, por exemplo, assistiu-se à volta da epopeia com a obra *Os Lusíadas*, de Camões. No campo da divulgação dos saberes, o diálogo foi, sem dúvida, o maior expoente da manifestação do espírito clássico entre os eruditos da época.

De acordo com Campos (2011, p.220), o gênero diálogo era “largamente praticado e popular nas primeiras décadas do séc. IV” e foi chamado por Aristóteles, na Arte Poética, de σοκρατικοί λόγοι³. A menção a Sócrates deve-se, provavelmente, ao fato de os diálogos serem a forma mais conhecida do método socrático. Sobre ele, Van Rossem (2011, p.2) considera que,

Nesse método, os participantes pretendem investigar de um modo mais ou menos estruturado a verdade e o valor de suas opiniões, com a intenção de responder às perguntas escolhidas por eles mesmos. O material da investigação é a sua própria experiência, que pode se tratar tanto de uma experiência vivida aqui e agora ou de algo memorável ocorrido no passado. A conversação adquire significado como diálogo, mais que como debate formal ou discussão informal. Os participantes procuram compreender-se uns aos outros e se comprometem em um empreendimento comum. Isso não significa que, para que o diálogo tenha êxito, os participantes devam chegar necessariamente a um consenso. A consciência da complexidade da investigação, muitas vezes, é muito mais satisfatória que a obtenção do consenso. O intento de pensar com cuidado, atenção e profundidade distingue esse método de outras formas de conversação, como os debates, as chuvas de ideias (brainstorming) ou as sessões de pensamento criativo⁴.

³ Sokratikói logoi, diálogos socráticos.

⁴ Tradução do autor, do espanhol: “En este método, los participantes intentan investigar de un modo más o menos estructurado la verdad y el valor de sus opiniones, con la intención de responder a las preguntas elegidas por ellos mismos. El material de la investigación es su propia experiencia, tanto si se trata de una experiencia que han vivido aquí y ahora o de algo memorable que les sucedió en el pasado. La conversación adquiere significado como diálogo, más que como debate formal o discusión informal. Los participantes intentan comprenderse unos a otros y se comprometen en una empresa común. Esto no significa que para que el diálogo sea exitoso los participantes tengan necesariamente que llegar a un consenso. La conciencia de la complejidad de la investigación muchas veces es mucho más satisfactoria que la obtención del consenso. El intento de pensar con cuidado, detenimiento y profundidad distingue este método de otras formas de conversación, como los debates, las tormentas de ideas (brainstorming) o las sesiones de pensamiento creativo”.

Como se pode observar, trata-se de um gênero complexo, longe de ser uma simples “conversa” ou mera disputa com vista a um denominador comum, cujo escopo é a discussão aprofundada de determinado tema. Partindo dessa premissa, é evidente a relação entre o diálogo e a chamada *dialética*, cuja acepção primitiva era “a arte do diálogo” e que, posteriormente, “passou a ser a arte de, no diálogo, demonstrar uma tese por meio de uma argumentação capaz de definir e distinguir claramente os conceitos envolvidos na discussão”. (KONDER, 2008, p.7)

Estabelecida a relação intrínseca entre o gênero e a arte, deve-se acrescentar que o ressurgimento do diálogo está ligado ao retorno da dialética no Renascimento. Nessa época, de acordo com Konder (id., p. 13), “a dialética pôde sair dos subterrâneos em que tinha sido obrigada a viver durante vários séculos: deixou o seu refúgio e veio à luz do dia. Conquistou posições que conseguiu manter nos séculos seguintes”.

Em Portugal, os diálogos também foram largamente produzidos ao longo do século XVI. Conforme assinala Hue (2007, p.18), contabilizam-se quarenta e um textos nesse formato, abrangendo diferentes áreas do conhecimento, dentre elas “matérias médicas, cosmografia e geografia, arte e pintura, religião, botânica, história, crítica social e mesmo um diálogo escrito em latim por uma mulher, a humanista Luisa Sigeia, em que duas jovens debatem sobre as vantagens da vida na corte e da vida religiosa”.

Pero Magalhães de Gândavo: breve reconstrução biobibliográfica

A vida de Pero Magalhães de Gândavo é ainda um grande mistério aos estudiosos de sua obra. Dentre as poucas informações disponíveis, sabe-se de seu nascimento em Braga em data incerta e de sua origem flamenga por parte de pai. Sobre essa questão, Abreu (2008, p. 19) relembra que o sobrenome Gândavo “corresponde a Gantois, morador ou filho de Gand”, capital da província de Flandres, Bélgica.

Como erudito, foi um latinista de destaque, a ponto de ter aberto uma escola pública de latim na província de Entre Douro e Minho. De acordo com Hue (2007, p. 19), teria sido “moço de câmara” do Rei D. Sebastião, que o nomeou funcionário da Torre do Tombo. Segundo Buescu (1978, p.47), Gândavo teria desempenhado essa função após voltar do Brasil, onde esteve até antes de 1569. Também por ordem régia fora escolhido para “provedor

da fazenda da cidade de Salvador na Bahia”, embora nunca chegasse a ocupar o cargo (HUE, 2007, p.19).

Também se sabe de sua amizade com Camões, “que lhe reconheceu ‘claro estilo, engenho curioso, e a quem o Brasil devia um ‘Tratado’ e uma ‘História’ [....]” (Peixoto, 2011, p. 13). As obras mencionadas pelo poeta português são, respectivamente, o *Tratado da Província do Brasil* - publicado apenas em 1826, mas redigido provavelmente no século XVI entre 1568-1569 - , e a *História da Província Santa Cruz, a que vulgarmente chamamos Brasil*, publicada em 1576. Além desses dois títulos, também são de sua autoria as *Regras que ensinam a maneira de escrever a ortografia da Língua Portuguesa acompanhadas de um diálogo em defesa da mesma língua*, que vieram a lume em 1574.

Análise do *Diálogo em defensam da língua portuguesa*

Como homem de seu tempo, Gândavo segue os mesmos passos de seu antecessor João de Barros ao publicar as *Regras* acrescidas de um diálogo, mostrando-se atento a duas questões muito discutidas na época. A primeira delas – abordada nas Regras – é a ortográfica, por conta de as políticas educacionais e de colonização adotadas pelos portugueses demandarem a sistematização da língua. A segunda questão – tratada no diálogo – concerne à polêmica da superioridade do castelhano, cujo uso era corrente em Portugal e, por essa razão, representava uma ameaça ao idioma lusitano.

A edição princeps da obra data de 1574 e, conforme assinala Buescu (1978), o único exemplar dessa primeira tiragem encontra-se na biblioteca do Paço Ducal de Vila Viçosa, sendo as edições posteriores de 1590 e 1592. Curiosamente, embora no frontispício haja menção a um *diálogo em defesa da mesma língua*, todas as páginas que o compõem trazem, na parte superior, os dizeres “diálogo em louvor da lingua portuguesa”. Esse fato é sobremaneira importante para se compreender a relação intrínseca entre o louvor e a defesa ao longo do texto e como eles se articulam.

A ação passa-se entre dois interlocutores: Petrônio, o português, e Falêncio, o castelhano, e a escolha dos nomes já denota o intento do autor. De acordo com Hue (2007, p. 79), o nome escolhido para o português “[...] pode denotar a rjeza e a antiguidade da pedra [...]” e, no contexto, atribui um aspecto positivo ao personagem; já ao nome escolhido para o

castelhano “[...]pode ser relacionado o substantivo falência; do latim, *falentia*, engano, falta, insolvência; em castelhano, ‘falencia’ significa ‘erro ou equívoco em que se incorre ao asseverar determinada coisa’[...]” e, no contexto, assume uma conotação negativa.

A cena inicia-se com a fala de Petrônio assumindo o compromisso de provar não só a gravidade e a excelência do português “assim na prosa como no verso”⁵, mas também mostrar “por razões claras”⁶ o quanto a língua portuguesa excede à castelhana. Nessa parte, já se delinea o percurso retórico adotado pelo autor: defender o idioma destacando suas qualidades, ou seja, louvando-o. Essa postura de louvor é, em grande medida, comum aos contemporâneos de Gândavo, embora haja outras razões que a justifiquem no contexto de produção do diálogo.

Na ocasião, o espírito de “euforia” do início dos Quinhentos tinha cedido lugar à escrita de “[...]páginas amargas sobre as consequências da expansão portuguesa [...]” (HUE, 2007, p. 25), pois o império lusitano já dava sinais claros de decadência. Nesse contexto, o ato de louvar o português representava não só a defesa do idioma frente ao castelhano, como também a tentativa de Portugal manter sua soberania, mais do que nunca ameaçada pela Espanha.

Se a Petrônio cabe a defesa da língua, obviamente o oposto se aplica ao castelhano Falência⁷. A primeira das acusações feitas é a de o português ser considerado a língua “mais tosca e grosseira do mundo” porque, em seus primórdios,

“[...]como se pode ver na linguagem de algumas histórias e crônicas antigas de Portugal, usavam vocábulos muito diferentes e impróprios de sua natural significação e origem. E depois, conhecendo os homens, pelo tempo adiante, a impropriedade e pouca polícia desta linguagem, vieram, pouco a pouco, apurando-a com derivar e compor vocábulos de diversas línguas, ajuntando-os à sua [...] (GÂNDAVO, 2007 [1574], p. 69)⁸

⁵ O diálogo analisado consta da edição semidiplomática de Hue (2007) e, por essa razão, tanto a ortografia quanto a pontuação foram atualizadas pela própria autora.

⁶ GÂNDAVO, 2007 [1574], p.68

⁷ No diálogo, a fala da personagem castelhana é registrada em espanhol. Visando a facilitar a leitura, optou-se pela tradução dos trechos.

⁸ Traduzido do espanhol pelo autor: “[...]como se puede ver en el lenguaje de algunas historias y crónicas antiguas de Portugal, usaban muchos vocablos muy diferentes y improprios de su natural significación y origen. Y después conociendo los hombres por el tiempo adelante la impropriedad y poca policía de este lenguaje, vinieron poco a poco apurándolo con derivar y componer vocablos de diversas lenguas, ayuntándolos a la suya [...]” (GÂNDAVO, 2007 [1574], p.69)

Na fala do castelhano, evidencia-se a tentativa de impingir à língua portuguesa a marca de ser originalmente pobre de vocabulário e, por conta disso, ter recorrido a outras línguas para ser compreendida, inclusive pelos próprios portugueses. Essa visão ilustra o modo como o idioma lusitano era depreciado por seus vizinhos espanhóis. Em 1580, por exemplo, Camões foi duramente criticado por intelectuais espanhóis pelo fato de ter escrito *Os Lusíadas* em português: tratava-se de um brilhante poema, embora devesse ser escrito “em língua clara”, pois a usada era “ ‘áspera’, ‘ignorada’ ”, entre outros adjetivos que se lhe aplicavam. (HUE, 2007, p.9)

Para responder à acusação, Petrônio lança mão dos seguintes argumentos:

[...] por que haveis de saber que esta nossa língua foi inventada como foram outras línguas. E se alguma nesta parte a favoreceu foi a latina, da qual todos estes nossos vocábulos, ou a maior parte deles, trazem a sua origem. E assim a linguagem que neste antigo tempo se usava neste nosso Portugal a que vós chamais tosca e ruda, está claro em muitos vocábulos ser mais chegada ao latim que esta que agora usamos [...] Pelo que se pode afirmar com verdade que não era outra coisa esta maneira de falar senão latim corrupto [...] Ora naqueles [vocábulos] em que seguimos o latim não há que repreender, pois claramente se vê que quanto mais a ele nos chegamos, tanto melhor parecem e mais autorizada fica nossa linguagem [...] (GÂNDAVO, 2007 [1537], p. 69)

Nesse trecho, nota-se a consonância do pensamento de Gândavo com o de seus coetâneos, sobretudo com o de João de Barros, por se valer de um recurso muito comum: ressaltar a semelhança, ou “conformidade⁹” nos dizeres barrobianos, entre o português e o latim. Esse procedimento, diretamente relacionado ao clima de valorização do passado greco-latino, serve não só para reafirmar a origem da língua portuguesa, mas também para atribuir-lhe valor. Como se observa no fim do excerto, quanto mais próxima do idioma latino, melhor e mais “autorizada” ela fica.

Ainda no fragmento, nota-se um apagamento da fase “galego-portuguesa”. Ao se referir ao passado, Petrônio alude a um “latim corrupto”, desconsiderando o fato de as crônicas e histórias mencionadas pelo interlocutor castelhano terem sido escritas em “galego-português”, vigente em Portugal até meados do século XIV. Essa postura, também comum aos contemporâneos de Gândavo, revela o compromisso de evitar qualquer tipo de aproximação entre a história portuguesa e a espanhola, optando por não mencionar o período em que houve uma língua comum entre Portugal e a Galícia.

⁹ Cf. BARROS, 1539;1540.

Para rebater a questão vocabular levantada por Falêncio, Petrônio também se vale de uma comparação entre o português e o castelhano, com o intuito de demonstrar a sua “impropriedade”. Como exemplo, cita as palavras *olhar e mirar* e questiona como se pode formar o verbo, partindo da palavra *ojos*. Além disso, traz uma série de vocábulos, dentre eles “jeito, saudade, lembrança, praguejar, enxergar, agasalhar[...]”, cujo significado os espanhóis não podem “[...]por nenhum modo bem explicar [...]”¹⁰.

Essa resposta demonstra a influência da *grammatica positiva*, ao propor uma análise do “acidental e particular”¹¹ do português, destacando as suas singularidades frente ao castelhano. Elas são essenciais para promover um discurso laudatório da língua, justamente pelo seu diferencial, aqui expresso tanto pela copiosidade vocabular quanto pela formação das palavras com muito mais propriedade – lógica – que o castelhano. Nesse aspecto, o tom elogioso dedicado à língua reitera a proposta de louvá-la, atitude comum aos autores da época.

A segunda acusação proferida pelo interlocutor castelhano traduz-se por meio do seguinte questionamento: “Qual é a causa pela qual todas as nações do mundo a aborrecem tanto [a língua portuguesa] e a têm em tão pouco? ¹²”. Ele ilustra claramente a visão imperante à época: a de um português pouco prestigiado e até mesmo desconhecido, apesar de todas as conquistas marítimas. Levando em conta a função do gênero diálogo como fomentador de discussões, nota-se que todas as acusações proferidas por Falêncio são concernentes à polêmica da superioridade do castelhano frente ao português. Dessa maneira, elas funcionam como tópicos a serem refutados por Petrônio, cujo objetivo é provar a inverdade das afirmações.

Como resposta, o interlocutor português primeiro esclarece não se tratar de desprezo, mas sim “inveja” que outros povos têm de sua língua, e o “aborrecimento” deles provém do fato de ela ser “[...] em si tão dificultosa, que de maravilha vimos estrangeiro algum que a pudesse bem tomar [...] E daqui vem todas as nações aborrecerem-na tanto, e não na poderem gostar, por lhes ser (como digo) tão pouco fácil, e de tão ruim digestão[...]”¹³. Para Falêncio, essa justificativa corroboraria ainda mais o caráter tosco e grosseiro da língua portuguesa,

¹⁰ GÂNDAVO [2007 [1574], p.70)

¹¹ Cf. WEEDWOOD (2006 [2002])

¹² Traduzido do espanhol pelo autor: “¿Cuál es la causa porque todas las naciones del mundo la aborrecen tanto, y la tienen en tan poco?” (GÂNDAVO, 2007 [1574], p.70)

¹³ Op.cit., p.71.

pois “[...]de tão escabrosa e difícil de tomar, que ninguém se aproveita de seu uso senão os seus naturais.”¹⁴

Em contrapartida, Petrônio afirma que a dificuldade da língua se dá justamente por sua delicadeza “[...]porque vemos por experiência que quanto as coisas em si são melhores, e mais excelentes, tanto é mais trabalhoso e difícil ao homem alcançá-las”. Ele também acrescenta a facilidade dos portugueses em aprender outros idiomas, justamente por conta de a língua portuguesa ser “[...]tal, e de tanta preeminência, que a todos os naturais habilita[...]” ao aprendizado de “qualquer língua estranha”¹⁵. A veracidade de tal afirmação pode ser comprovada pelo fato de muitos missionários portugueses terem se lançado ao aprendizado das línguas dos povos colonizados, o que resultou na produção de inúmeras gramáticas desses idiomas, publicadas em meados do século XVI e no início do século XVII.

Mais adiante, Falêncio apresenta a terceira acusação, também por meio de uma pergunta. Dessa vez, ele questiona “qual é a causa pela qual os mesmos portugueses, sendo ela sua, a desdenham, e por sua boca confessam ser ela a mais tosca e bárbara do mundo?”¹⁶. A contestação vem por meio de uma crítica aberta aos portugueses, mais afeiçoados “[...]às coisas dos outros reinos que às da sua mesma natureza[...]”¹⁷. No entanto, “os homens de bom juízo que bem a sentem não podem deixar de engrandecer muito, e confessar comigo que a ela se deve mais louvor que à vossa”¹⁸. Nessa parte, mencionam-se outros intelectuais – “homens de bom juízo” – que se teriam ocupado do louvor ao português. Partindo dessa premissa, pode-se inferir uma menção implícita a João de Barros, cujo *Diálogo em louvor da nossa linguagem* foi escrito especificamente com tal finalidade, como o próprio título denota.

Na sequência, o castelhano duvida da afirmação de Petrônio, aludindo ao fato de “[...]homens portugueses muito principais e de grandes engenhos escreveram, e ainda hoje em dia escrevem, suas obras em castelhano por ser linguagem mais aprazível e doce, e soar melhor aos ouvidos que a vossa[...]”¹⁹. Nesse ponto, critica-se abertamente a “[...] crescente penetração do castelhano na cultura portuguesa, de que é testemunho o bilinguismo dos

¹⁴ Op.cit., p. 71.

¹⁵ Op.cit., p. 71.

¹⁶ Traduzido do espanhol pelo autor: “qual es la causa porque los mismos portugueses siendo ella suya la desdeñan, y por su boca confiesan ser ella la más tosca y bárbara del mundo?” (GÂNDAVO, 2007 [1574], p. 72).

¹⁷ Op.cit., p.72.

¹⁸ Op.cit., p. 73.

¹⁹ Op.cit., p. 73.

poetas da geração de Camões, e o conseqüente acirramento da chamada ‘questão da língua’ em Portugal.” (HUE, 2007, p.25)

Petrônio rebate o pensamento do castelhano citando o grande lastro cultural produzido em língua portuguesa até o momento. Antes, ele faz uma pequena digressão à época em que se produziram “églogas, canções, elegias e cantos pastoris” em língua castelhana. Para ele, esse tipo de produção era mais adequado ao espanhol, ao passo que as “coisas graves e de importância” sempre foram tratadas em língua portuguesa.

Nesse momento, nota-se o tom depreciativo utilizado pelo interlocutor português para se referir não só ao castelhano como também à produção da época trovadoresca. Por ser de menor gravidade e importância, muitos autores portugueses teriam produzido tais textos também em “castelhano”. A afirmação evidencia, mais uma vez, o apagamento do passado “galego-português” da língua, considerando o fato de grande parte da produção literária do período ter sido produzido no idioma comum entre Portugal e a Galícia, e não apenas em espanhol.

Dente os autores mencionados, destacam-se: Sá de Miranda “[...] o primeiro nesta nossa Lusitânia que o descobriu [o estilo das comédias e dos versos] com tamanha admiração, que todos em geral ficou confessada essa verdade”²⁰, em clara menção à sua importância para o Classicismo português; João de Barros, tanto por sua produção da obra *Ásia* quanto a gramática, em que poderia ser vista “[...]a língua de que [a língua portuguesa] é mais vizinha, e de onde manou[...]”²¹, destacando a latinidade do português, por conta de sua semelhança com o latim; e Camões, “[...]cuja fama o tempo nunca triunfará[...]”²², demonstrando o mesmo tom elogioso com que o poeta teria se dirigido a Gândavo, corroborando a hipótese de proximidade entre ambos.

Quase ao fim de sua fala, Petrônio retoma a questão da latinidade, acusando o castelhano de ser efetivamente uma língua bárbara, pois “[...]toma da língua da Arábia, e a maior parte dos vocábulos falais com papo de aspiração[...]”²³. Neste trecho, evidencia-se o interesse por questões fonéticas e fonológicas das línguas, comum aos eruditos do Renascimento. A observação de uma particularidade fonética do espanhol serve como

²⁰ GÂNDAVO, 2007 [1574], p.74.

²¹ Op.cit., p.74

²² Op.cit., p. 74.

²³ Op.cit., p. 74.

argumento para a personagem portuguesa considerar a língua de Castela “[...]imperfeita, e mais corrupta[...]” que a sua.

Diante disso, Falêncio inicia uma série de comparações entre o castelhano e o latim, mostrando a semelhança entre muitos vocábulos. Na sequência, Petrônio destaca que o mesmo sucede ao português e lista uma série de palavras também semelhantes. Além disso, ele rememora certa reunião de homens “de diversas nações” em Paris, onde se promoveu o desafio de todos fazerem versos latinos com palavras mais próximas de sua língua. De acordo com o interlocutor português, a vitória deu-se à sua língua “melhor e mais chegada ao latim de todas”.

A personagem castelhana ainda questiona a afirmação de Petrônio, reiterando a semelhança entre sua língua e o latim. Diante disso, o interlocutor português faz outra consideração, mencionando palavras que, em castelhano, subvertem o idioma latino. Trata-se “das sílabas que se dobram por duas letras vogais”, fenômeno não observado nem no idioma de origem, nem em português. Essa observação leva à constatação de que a língua de Castela teria se esmerado “[...]em se desviar dele [o latim], como se dessa maneira ficasse mais perfeita”.

No fim do diálogo, o interlocutor castelhano elogia a capacidade argumentativa de Petrônio, destacando o fato de ter percebido o intento do português em “engrandecer as coisas de sua natureza”. Nessa fala, evidencia-se o real compromisso do diálogo: o de louvar a língua portuguesa partindo da premissa de defesa ante as acusações feitas. Também fica explícito o parecer de Petrônio, que se considera vencedor no embate travado. Em grande medida, tal conclusão corrobora o louvor e coloca o português em posição de destaque com relação ao castelhano.

Considerações Finais

A análise historiográfica do *Diálogo em defensam da língua portuguesa* permitiu a sua caracterização, destacando a sua conformidade com o clima de opinião e evidenciando o modo como se articulam, na fala de Petrônio, a defesa e o louvor do português. Em linhas gerais, pode-se afirmar que Gândavo, pelo simples fato de optar pelo gênero, já se demonstra fiel ao espírito de época, caracterizado pelo grande número diálogos produzidos com vista à discussão de ideias, sobretudo, polêmicas.

A polêmica linguística apresentada era motivada pela própria situação vivida por Portugal: uma fase de declínio do império lusitano, que tinha de lutar não só territorialmente contra o inimigo espanhol como também linguisticamente. Nesse sentido, evidencia-se a importância atribuída ao castelhano como língua de erudição, e a produção intelectual do período atesta a existência de um bilinguismo “castelhano-português”.

Diante disso, promover a defesa do português era um procedimento necessário e, para tanto, partia-se da exaltação de suas particularidades, um reflexo da atmosfera nacionalista presente desde os tempos de glória do império português. Entretanto, no fim do século XVI, o tom patriótico adquire novos contornos, colocando-se a serviço da manutenção do lugar de Portugal na história por ele próprio iniciada, em um momento de fragilidade advindo da má conduta administrativa de um reino que, em pouco tempo, atingiu proporções inimagináveis.

Falêncio, o personagem espanhol, lança três principais acusações contra a língua portuguesa: a primeira é a de ela ser “rude e grosseira”, necessitando, ao longo da história, de outros vocábulos para ser inteligível até mesmo pelos portugueses. A segunda e a terceira estão imbricadas e, *grosso modo*, traduzem o desprestígio do português dentro e fora de Portugal. Esses pontos motivam a defesa de Petrônio, que se vale das concepções linguísticas vigentes para elaborar os seus argumentos.

Durante esse processo, destacam-se as características do idioma lusitano, dentre as quais figuram inicialmente a copiosidade de seu vocabulário – cujas palavras muitas vezes não tinham correspondente em espanhol, como por exemplo a palavra *saudade* – e a “propriedade” na formação vocabular do português frente à “impropriedade” castelhana – cujos vocábulos derivados nem sempre mantinham uma lógica com os primitivos, como se podia observar no caso do verbo *mirar*, levando em conta serem os *ojos* os responsáveis por tal ação.

Outra característica destacada pela personagem portuguesa é o grande número de obras importantes que se já tinham produzido no vernáculo. Nesse momento, percebe-se a tentativa do autor de demonstrar a existência de um lastro cultural construído nas letras portuguesas e, para tanto, ele se vale de uma série de nomes, dentre eles o de Sá de Miranda – essencial para o advento do Classicismo em Portugal – e Camões – com quem Gândavo provavelmente teria mantido laços de amizade, como se mencionou na breve biografia aqui apresentada.

Além desses dois nomes, deve-se destacar também a menção feita, por duas vezes, a João de Barros, que provavelmente foi uma clara referência para a produção da obra linguística de Gândavo. Afirma-se isso tanto pelo fato de a obra manter o mesmo molde da barrosiana – um manual acrescido de um diálogo - , quanto pela semelhança de pensamento entre ambos, sobretudo na questão da latinidade, marcadamente presente nos dois autores e por eles abordada de modo muito parecido.

A última característica de relevo ao longo da obra, indubitavelmente a mais significativa, é justamente a semelhança existente entre o latim e o português ou, nos dizeres de Barros, a sua “conformidade”. Esse aspecto é retomado diversas vezes no discurso do interlocutor português, que se vale de muitos pontos de convergência entre ambas as línguas para depreciar as mudanças apresentadas pelo espanhol. Por conseguinte, tais modificações teriam afastado o castelhano do modelo de perfeição e de autoridade advindo da língua latina.

Embora a obra trate da defesa da língua portuguesa – levando em conta tanto o contexto de produção quanto o próprio título -, é nítido o escopo do autor de promover um louvor à sua língua, tal como o fizeram outros seus contemporâneos. Isso se observa em quase todos os momentos da fala de Petrônio e revela a impossibilidade de dissociar ambas as ações. Em suma, defende-se o idioma louvando-o e, apenas desse modo, é possível colocá-lo à frente do castelhano, de fato a grande ameaça à soberania do português.

Referências

Fontes primárias

BARROS, João de.; GÂNDAVO, Pero de Magalhães de. *Diálogos em defesa e em louvor da língua portuguesa*. Edição, introdução e notas de Sheila Moura Hue. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2007.

GÂNDAVO, Pero de Magalhães de. *Regras que ensinam a maneira de escrever e orthographia da lingua portuguesa, com hum Dialogo que a diante se segue em defensam da mesma lingua*. Lisboa: Antonio Gonsalvez, 1574.

Fontes secundárias

ABREU, Capistrano. Introdução. In.: GÂNDAVO, Pero de Magalhães. *Tratado da Terra do Brasil : história da província Santa Cruz, a que vulgarmente chamamos Brasil*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2008.

AUROUX, Sylvain. *A revolução tecnológica da gramatização*. 3. ed. Campinas: Editora Unicamp, 2014 [1992].

BARROS, João de. *Gramática da lingua portuguesa com os mandamentos da santa madre igreja*. Lisboa: Olyssipone, 1539.

_____. *Gramática da lingua portuguesa*. Lisboa: Olyssipone, 1540.

BORBA, Francisco da Silva. *Introdução aos Estudos Linguísticos*. 1.ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1967.

BUESCU, Maria Leonor Carvalhão. *Gramáticos portugueses do século XVI*. Amadora: Instituto de Cultura Portuguesa, 1978.

_____. *Historiografia da Língua Portuguesa: Século XVI*. 1.ed. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1984.

CAMARA JR. Joaquim Mattoso. *História da Linguística*. 6.ed. Petrópolis: Vozes, s/d [1975].

QUEIRÓS CAMPOS, Antônio. Os diálogos de Platão e os gêneros literários da Antiguidade clássica. O que nos faz pensar, [S.l.], v. 20, n. 30, p. 219-238, dec. 2011. ISSN 0104-6675. Disponível em: <<http://oquenofazpensar.fil.puc-rio.br/index.php/oqnf/article/view/351>>. Acesso em: 23.03.2019

GARCIA, José Manuel. *História de Portugal: uma visão global*. 2. ed. Lisboa: Presença, 1984.

HUE, Sheila Moura. Introdução. In.: BARROS, João de.; GÂNDAVO, Pero de Magalhães de. *Diálogos em defesa e em louvor da língua portuguesa*. Edição, introdução e notas de Sheila Moura Hue. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2007.

KOERNER, E.F.K. *Quatro décadas de historiografia linguística: estudos selecionados*. Vila Real: Publito, 2014.

KONDER, Leandro. *O que é dialética*. 28.ed. São Paulo: Brasiliense, 2008 [1981].

LABOURDETTE, Jean-Françoise. *História de Portugal*. 1.ed. Lisboa: Dom Quixote, 2003.

MARQUES, A. H. de Oliveira. *Breve história de Portugal*. 5.ed. Lisboa: Editorial Presença, 2003.

MOISÉS, Massaud. *A literatura portuguesa*. 30.ed. São Paulo: Cultrix, 2004 [1960].

PEIXOTO, Afrânio. Advertência. In.: GÂNDAVO, Pero de Magalhães. *Tratado da Terra do Brasil : história da província Santa Cruz, a que vulgarmente chamamos Brasil*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2008.

SCOTT, Ana Silvia. *Os portugueses*. 1.ed. São Paulo: Contexto, 2018.

SWIGGERS, Pierre. História e Historiografia da Linguística: Status, Modelos e Classificações. *Revista Eutomia - Ano III - Volume 2 - Dezembro/2010*.

VAN ROSSEM, Kristof. ¿Que es um diálogo socrático?. Trad. de Gabriel Arnaiz y Ascención M. Díaz. *P@kenredes*. Volumen I, n.9, Junho/2011. Disponível em:

<http://www.socratischgesprek.be/teksten/artikel_SG_Spaans.pdf. A>. Acesso em: 23.03.2019.

WEEDWOOD, Barbara. *História concisa da Linguística*. 5.ed. São Paulo: Parábola, 2002 [2006].

IN DEFENSE AND PRAISE OF THE PORTUGUESE LANGUAGE: A HISTORIOGRAPHICAL ANALYSIS OF THE DIALOGUE OF PERO MAGALHÃES DE GÂNDAVO

ABSTRACT: With the advent of the portuguese grammatization, a lot of studies with linguistic character were published in XVI century, among them the dialogues, common genre in the Classical Antiquity recovered during the Renaissance. This paper, that is descriptive and analytic, draws on the principle of the Historiography of Linguistics to examine the *Dialogue in defense of Portuguese language* by Pero Magalhães de Gândavo, considering the relation of the text with the zeitgeist of the period when was produced and the way how it articulates the praise and the defense in the speech of Petrônio, the Portuguese interlocutor.

Key-words: Historiography of Linguistics. Dialogue in defense of Portuguese language. Pero Magalhães de Gândavo.

Envio: março/2019

Aceito para publicação: abril/2019

VERBUM – CADERNOS DE PÓS GRADUAÇÃO – ISSN 2316-3267